
099ª SESSÃO ORDINÁRIA 13OUT2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no começo desta semana foi divulgado um estudo que apontou o aumento de 85% nos casos de racismo, homofobia e também relatos de ódio aos estrangeiros. Segundo a ONG Observatório da Discriminação Racial no Futebol, em 2015, na comparação com 2014, do total de 37 casos levantados, 35 foram de discriminação racial, e os outros dois por homofobia. Isso me deixa muito preocupado. Tem horas que eu penso que o racismo está terminando, mas eu vejo que é muito forte ainda.

O Estado do Rio Grande do Sul foi campeão no número de casos de crimes raciais, passando de cinco em 2014 para nove em 2015. Muitas ocorrências não ganham espaço na grande mídia, e as punições acabam não acontecendo. Outra coisa preocupante apontada no estudo é que, além do futebol, outros esportes também apresentam problemas relacionados ao racismo: dois casos no vôlei, um no basquete, outro na ginástica. Até quando vamos ter que discutir o problema do racismo no esporte? O torcedor precisa entender que esse tipo de conduta é criminoso. O Grêmio, que é o time do meu coração, já sofreu com isso, no caso do goleiro Aranha – acho que a maioria se lembra desse racismo forte que ocorreu na Arena do Grêmio, junto à torcida. Quando vão discutir problemas de racismo no esporte? O torcedor precisa entender que esse tipo de conduta criminoso é horrível. Cabe às Federações – e as culpo muito –, às Confederações e à sociedade, de um modo geral, adotarem medidas efetivas para acabar de uma vez com todo esse tipo de discriminação nas arenas desportivas do nosso País, precisamos nos conscientizar que qualquer ato de racismo contra o próximo é crime. Tem hora que fico me perguntando: que era é essa que estou vivendo? Será que ainda estamos naquela era dos meus pais, quando havia um forte racismo: 1960, 1970? Não, nós estamos em uma era já elevada, dominada pelos computadores, pela Internet – eu acho que não cabe mais o racismo! É difícil ter que buscar outras coisas para defender o

esporte, a educação para as crianças, principalmente as crianças do nosso País, as crianças carentes que precisam do sonho da educação e do esporte. E aí leio essa notícia sobre o racismo, a qual me deixa muito triste. Procuro não acreditar nisso, porque já está difícil de todos nós, juntos, darmos a mãos para vencer muita coisa que acontece e vem acontecendo no mundo. É difícil enfrentarmos. Temos que cuidar da natureza para que para que possamos continuar sobrevivendo neste País, e aí ainda vem o racismo? Onde estamos vivendo? Em Marte? Não! Estamos na Terra, e acabou o racismo – somos todos iguais. Não somos iguais só perante Deus, aqui somos todos iguais. Se não dermos as mãos e respeitarmos uns aos outros, será difícil vencer essa guerra. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Lourdes Sprenger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da ambientalista Magda Renner.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje trago um assunto um pouco diferente dos que costumeiramente debatemos. Gostaria de lembrar os prezados colegas Vereadores e Vereadoras, e a quem nos assiste, que há alguns anos, todas as administradoras de condomínios tinham um caixa interno para fazer os recebimentos, e vivíamos momentos de muitos assaltos. Diariamente, as imobiliárias eram assaltadas. Isso foi resolvido, em parte, porque o órgão de classe, juntamente com o Ministério Público, encontrou algumas condições, e todas essas cobranças foram encaminhadas, praticamente, para as agências bancárias. O que vai acontecer a partir de agora? Eu peço que observem: o Banco Central, por orientação das agências bancárias, determinou que, a partir de janeiro, nenhum Documento de

Ordem de Crédito – DOC, independente do valor, pode circular sem o CPF dos contribuintes. Por conseguinte, estabeleceu que todas as cobranças terão que ser registradas. Registradas! Isso implica em quê? Em custo. Saibam, senhoras e senhores, que hoje o banco não faz absolutamente nada! Nós, as administradoras, somente usamos os códigos de barras, vamos dizer assim, porque os DOCs são impressos fora, todas as empresas têm as suas impressões ou contratam terceirizadas. O banco não faz absolutamente nada, só mantém o arquivo lá. Só! Somente isso! E pasmem: hoje, o diretor de uma administradora me procurou, e relatou que o Banco do Brasil se antecipou e já está cobrando R\$ 9,00 por documento registrado. Vou repetir: não é a confecção do DOC, é só o trâmite, é só a compensação. Antigamente, a compensação envolvia documentos. Eu sou da época em que se emitia um DOC com quatro vias – uma via ficava na administradora, outra via ficava na agência, outra via ficava na agência recebedora, enfim, por aí. Hoje, não, hoje é somente um único documento. Nós vamos ali no caixa, Ver. Tarciso, e com o código de barras nós pagamos e o documento não fica. Nós ficamos com o documento, apenas sai o tíquete comprovando que houve quitação. E os bancos, as agências bancárias, tudo leva a crer, estão gostando dessa movimentação, tanto que já sinaliza o Banco do Brasil, segundo esse meu colega dono de administradora, que está apavorado, porque debitaram R\$ 9,00 por DOC emitido. É bem fácil de fazer o cálculo, quem emite dez mil DOCs, soma R\$ 90 mil por mês. O que faz o banco? Dispõe os arquivos para armazenar as informações, eletronicamente. Só! Sabem o que vai acontecer? Eu não tenho dúvida, e por isso, agora, estou fazendo contato com o diretor da Agademi-Secovi, porque assim como o próprio Governo não conseguiu implantar, até hoje, o eSocial, que são as interligações de todos os cadastros dos empregados e dos brasileiros, de modo geral, que trabalham, que prestam serviços como empregado – esse é o caminho, não tem volta –, mas o próprio Governo, que não conseguiu implantar até hoje, quer impor rapidamente às administradoras, que, por conseguinte, são obrigadas a repassar para os condôminos. Consequência disso é que muitas administradoras, forçosamente, vão ter que reabrir os seus caixas, colocando os seus empregados a risco de assaltos, novamente, e alguns condomínios, não tenho dúvida, vão escolher abrir um caixa dentro dos próprios espaços. Esse é o resultado. Por isso nós estamos alertando, hoje ainda faço mais uma movimentação. Nós precisamos nos unir, porque não dá para aceitar a imposição do custo dos bancos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio, demais Vereadores e Vereadoras. Eu estava levantando os números, alguns dados daquilo que eu falo, Ezequiel, diariamente, com relação à questão que, para mim, me parece tão simples, mas que, efetivamente, apesar de tão simples, não acontece, que é os Municípios terem um hospital público veterinário. Muita gente tem falta da saúde, e para os animais isso é igual. A SEDA recebeu, em 2016, R\$ 8,5 milhões, para vocês terem uma ideia, e conseguiu, fazendo uma parceria agora, estabelecer – vamos ver até onde – um hospital que eu espero que funcione efetivamente 24 horas, que é o mínimo, porque não tem hora para a saúde, e tu, como um indivíduo sindicalista, da saúde, sabes bem o que eu estou falando. Algo que me parece tão simples, porque todas as regiões têm um Deputado Federal, e os Deputados Federais, além das emendas que poderiam fazer e destinar para os Municípios, tanto para o hospital público veterinário quanto para projetos de castração, recebem um valor de salário de R\$ 33.763,00, e o Deputado Estadual recebe R\$ 25.322,25. Parece-me um absurdo tão grande nós, em 2016, não termos, em cem por cento dos Municípios, sequer uma iniciativa para os animais. Eventualmente se faz um programa ou um projeto para fazer propaganda em véspera de eleição, ou para colocar num cartaz, mas na prática, até mesmo nesses Municípios que alguma iniciativa tomaram, diariamente há reclamação disso. Eu não consigo entender como todos os Deputados, com os salários que ganham, tendo emenda para encaminhar, não conseguem se articular com o Prefeito do Município, mesmo que fosse com um viés eleitoral, mesmo que fosse para fazer campanha. Não importa! Se tivesse um hospital público, um posto de saúde para cada Município, que façam a campanha, mas que funcione! Coloquem um veterinário contratado lá a R\$ 3 mil, R\$ 4 mil para atender diariamente! Ponto final! Nós temos 550 Municípios sem nada de atendimento aos animais! Agora, eu vejo muitos Deputados, muitas vezes, falarem sobre a questão dos animais. Por que não pegam uma parte do salário e ajuda, bicho? Coloca 20% do salário para construir no seu Município, vai dar voto para eles e vai resolver um pepino

gigantesco de seres que não têm como se defender, que são os animais. Não há saída, algo tão simples, infelizmente, na política, se torna complicado. Algo tão evidente, na política, se torna complicado, meu amigo. Eu não sei como os Prefeitos não tiram a bunda da cadeira e vão procurar o Deputado para o qual eles vão fazer campanha agora em seguida, tchê! Pede para o Deputado mandar uma emenda! Procurem os Deputados Estaduais, que ganham R\$ 33 mil por mês, pelo amor de Deus! Façam um acordo: “Tu me dás 20% do salário, e aí aparece o teu nome!” Porque agora está na moda, além de dar o dinheiro, dá o nome para aparecer, mas resolve o problema dos animais, resolve o problema daqueles que não têm como se defender, gente! É evidente, para mim, é uma coisa simples! Se eu fosse Prefeito de um Município de 400 habitantes, eu fechava esse acordo com qualquer Deputado e resolvia o problema! Tem que ter hospital público em todos os Municípios! Hoje, sequer tem um diretor, tu vais em 99% dos Municípios não tem sequer um diretor, vocês acreditam que é isso? Os caras não têm nem quem encaminhe para algum lugar. Vocês sabem qual é o acordo que acontece em muitos Municípios que eu vejo, a coisa mais ridícula do mundo, os caras pegam a ONG de proteção que tem lá e dão R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil para a ONG tratar de tudo que é bicho. Aí tu vais ao interior e pensa: “Ah, não tem bicho abandonado!”. Quem é que acredita que exista algum Município que não tem bicho abandonado? Nessas cidadezinhas bonitinhas que tu não vêes os bichos na rua, não é porque não tenha bicho de rua, é porque ou feito acordo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...ou ainda estão fazendo a eutanásia. Ou alguém tem a ilusão... Municípios ridículos, como o Município de Viamão, que não tem política pública nenhuma; Alvorada é uma tristeza absoluta, governo após governo não tem uma iniciativa. Tramandaí – eu convido as pessoas a irem lá para ver o que é aquela cidade, o que há de pior, de mais escabroso de cruel com os animais, que é Tramandaí. Tramandaí sequer tem iniciativa de política pública; tem um canil podre, que botaram um piso de cimento e disseram que arrumaram o negócio, o que qualquer servente de pedreiro faria por mil reais. Eu não consigo entender como essas coisas acontecem, e nada se muda. E parece que chegaremos a 2050 e estará parecido com o que estou falando agora. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, comento, na Liderança do Partido dos Trabalhadores, a recepção nesta Casa do projeto de lei do Orçamento para 2017. Quero afirmar aqui que não conseguimos identificar na postura, seja da avaliação do desempenho do Orçamento deste ano, e como a Prefeitura superará as dificuldades anunciadas de grande déficit até o final do ano, inclusive com possibilidade de parcelamento de salário, e também para o ano que vem, não encontramos mudanças que fossem mudanças de fôlego, de fundo e permanentes. Diante da minha pergunta sobre esse tema, o Prefeito Fortunati referiu-se a alguns recursos pontuais que estão sendo recuperados. Isso não significa uma transformação importante, uma avaliação dos gastos da cidade de Porto Alegre, exagerados em muitos temas de que vou tratar, portanto uma irresponsabilidade na minha avaliação com as finanças públicas, com o funcionalismo municipal. Nós estamos vivendo um contingenciamento importante em todas as áreas, nos investimentos do Orçamento Participativo, no atraso do pagamento dos contratos, sim, de três meses. A cidade de Porto Alegre está puxando outras formas de recursos para fechar as contas no final do mês, e a Prefeitura apresenta um Orçamento para o ano que vem com o mesmo nível de gastos previstos, ou difíceis de cumprir já neste ano. Considero esse o primeiro grande problema. Vejam que o gasto com pessoal é de R\$ 6,9 bilhões e a previsão da Proposta Orçamentária para o ano que vem, só com o pessoal, o comprometimento já é de R\$ 3,4 bilhões, segundo informações do Governo. De outro lado, o investimento em obras do Orçamento Participativo apenas R\$ 370 milhões.

Faço aqui essa crítica, porque uma das evidências que ficaram claras é que investimentos, como a revitalização da orla, estão sendo feitos com recursos do Orçamento próprio da Prefeitura. Imaginem colocar milhões na primeira etapa, esperando um financiamento do exterior, que ainda está para ser consagrado, em detrimento de tantas demandas populares, como obras de escolas de educação infantil, que são demandas de vários anos; como vagas em creches comunitárias, vagas de berçário; como obras na saúde, que muitas comunidades priorizaram a reforma do seu posto de saúde, ampliação da Estratégia de Saúde da Família, e não recebem. A opção de gestão

desastrosa foi de mexer e esburacar a orla do Guaíba, fato extremamente questionado pela população presente em audiência pública nesta Casa, questionado tanto pela contratação do Jaime Lerner sem licitação, quanto pelo modelo proposto, e que está sendo executado apesar da vontade da população.

Quero, na minha crítica dura a este continuísmo apresentado pelo atual Governo, acrescentar crítica aos cargos comissionados. Hoje a Prefeitura chega, nos últimos 12 anos, a 5,6% dos cargos efetivos em números de funcionários CCs. Isso dá quase mil funcionários – porque não temos aqui os dados da Procempa, não foi possível achar -, temos 955 cargos comissionados que foram sendo criados em empresas públicas, inclusive na Carris, trazendo problemas, trazendo déficit, impactando as finanças públicas.

E nós estamos apresentando, eu estou assinando o projeto de lei para tramitar nesta Casa, protocolei neste dia, no qual proponho que a Administração Popular possa ter no máximo 3% do número de funcionários efetivos em cargos comissionados. A ideia é estabelecer um teto, criando uma referência suficientemente baixa para que o Governo possa imprimir o seu ritmo, a sua característica. Projeto este que foi votado pela população. Porém, número bem menor do que o atual, praticamente metade do que se pratica hoje, porque isso além de comprometer as finanças públicas, esvazia a qualidade técnica do trabalho, pois vem o cargo comissionado em detrimento do fortalecimento do funcionário público de carreira, da sua valorização, sua qualificação permanente e investimento em quadro de pessoas para que elas fiscalizem, inclusive, o serviço terceirizado. Então, um teto para o número de cargos comissionados é a proposta que nós trazemos. E cobramos veementemente que o Prefeito Fortunati – esta gestão – venha apresentar o mesmo do mesmo, estando a Cidade numa situação tão dramática, mantendo todos os privilégios, mantendo Secretarias desnecessárias e esse enorme número de CCs.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Ezequiel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu pedi aqui a Liderança do PSOL para trazer a este plenário um debate que é muito importante. Nós temos ai o segundo turno das eleições municipais e, do nosso ponto de vista de servidor público municipal aqui de Porto Alegre, Prof. Alex Fraga, que também é servidor municipal da educação, nós estamos muito preocupados com o que vem afirmando os candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, justamente os candidatos que chegaram ao 2º turno. De um lado, nós temos o Marchezan, que afirma que tem que demitir do quadro efetivo servidores; de outro lado, nós temos o Melo, que já vem ameaçando, há algum tempo, o parcelamento do salário dos servidores municipais. Então, como servidor municipal da saúde, quero trazer aqui a indignação de todos os servidores municipais de Porto Alegre, mas, para além disso, nós estamos aqui trazendo uma proposta. Eu e o Prof. Alex estamos protocolando hoje, na Câmara de Porto Alegre, um artigo à Lei Complementar nº 133, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Porto Alegre, que corrige uma distorção que já ocorre há décadas na Prefeitura de Porto Alegre no que se refere aos servidores municipais.

Vocês sabem que um servidor municipal, quando atinge um grau da sua carreira, um tempo específico na sua carreira, por fazer curso, por aprimorar-se, especializar-se, ele tem a progressão, ele muda de letra, ele concorre com os outros colegas. É uma concorrência, o que para nós já está errado, só que tem um fato ainda pior: o colega municipal, quando faz novo concurso e é ingressado em novo cargo, mesmo tendo progredido no cargo anterior, ele perde a sua progressão. Nós consideramos isso uma grande injustiça com os servidores que, há muitos e muitos anos, vêm se dedicando ao quadro efetivo do serviço municipal de Porto Alegre.

Portanto, nós estamos pedindo o apoio de todos os Vereadores e Vereadoras aqui da Câmara a esse artigo, ao art. 52 para a Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985: “Fica assegurado ao funcionário público de provimento efetivo que assumir novo cargo, decorrente de novo concurso público, a mesma classe, dentro da progressão funcional do cargo anterior.” Essa é a nossa proposta. Uma proposta simples que corrige uma distorção que existe há décadas aqui no serviço público municipal em Porto Alegre. Os meus colegas guardas municipais, que estão aqui na Câmara, sabem do que eu estou falando. Os colegas, que porventura estão me ouvindo agora em casa, sabem do que eu estou falando. Não é possível que tu tenhas uma carreira, uma dedicação, faça um

aprimoramento, faça uma especialização, depois se proponha a concorrer em novo concurso público para a mesma Prefeitura e aí é aprovado, convocado para o novo cargo, e aí perde toda a carreira a qual ele tinha no cargo anterior. Então, por isso, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é que a gente traz essa proposta e pede o apoio de todos vocês. Ver. Adeli, Ver.^a Sofia, demais Vereadores, a gente pede o apoio de vocês. Ver.^a Sofia, a senhora conhece muito bem o que é o servidor público municipal, o que são os servidores do Município e conhece muito bem a Lei Complementar nº 133/85, que estabelece o Estatuto dos Municipários de Porto Alegre. Por isso peço o apoio de todos e de todas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho aqui falar em nome do meu Partido, o Solidariedade, para fazer um reconhecimento público aqui na Casa, mediante o debate que houve aqui na última segunda-feira, mediante o programa de TV ontem, onde o candidato do Governo reconheceu as falas apontadas aqui pelo Ver. Idenir Cecchim. Ontem, o candidato do Governo, Sebastião Melo, reconheceu a questão que foi levantada aqui: todas as escolas do Município hoje não têm câmera de monitoramento, um serviço da nossa empresa de processamento de dados, a Procempa. Só se esqueceu de dizer que também nós temos hoje uma central de monitoramento e também um monitoramento do trânsito de Porto Alegre. O mesmo candidato disse que, na área da saúde, o Programa de Saúde da Família foi ampliado de 64 para 211 com relação ao número de equipes; que o programa de saúde bucal aumentou de 7 para 158; que foi criado o Hospital Restinga e Extremo-Sul; que foi reaberto o Hospital Independência; que foi reestruturado o HPS e que o número de farmácias distritais aumentou de 4 para 10. Só se esqueceu de dizer aqui, o candidato, que também, além das ambulâncias do SAMU, foi ampliado o número de ambulâncias em Porto Alegre. Ontem também o candidato falou da capacidade de tratamento de esgoto em Porto Alegre, que passou de 27% para 80%. Só se esqueceu de dizer que também a Cidade não alaga mais; na Av. Goethe, na Vila Farrapos, graças ao Conduto Álvaro

Chaves, que diminuiu bastante esses alagamentos. Então, referente às críticas levantadas aqui, o próprio candidato, ontem, na TV, reconheceu participação dos partidos que hoje estão na oposição e que fizeram um grande trabalho para a cidade de Porto Alegre e ainda encerrando, reduziu em 97% o número de crianças nas ruas da cidade de Porto Alegre, Ver. Kevin Krieger. Então, não precisou o candidato Nelson Marchezan, na TV, falar nada desses números; o próprio candidato do Governo o fez no dia de hoje, reconhecendo que os partidos, que estão apoiando o candidato de oposição, somaram tudo isso de benfeitoria para a cidade de Porto Alegre. E querem somar muito mais, querem melhorar muito mais, querem avançar muito mais na cidade de Porto Alegre. Ai nós queremos, sim, que o Governo explique o porquê que não ampliou a coleta de lixo na cidade de Porto Alegre, não melhorou a capina, não melhorou a limpeza da nossa Cidade, já que o contrato do DMLU, nos últimos seis anos, que era em torno de R\$ 7 milhões, subiu para R\$ 60 milhões, com a Cootravipa. Por que a nossa Cidade, hoje, é uma cidade que tem um aspecto de tão suja, as nossas praças estão como estão, a nossa coleta está como está? Essa explicação nós achamos que devemos receber.

Referente ao que foi dito – que o Deputado é contra o Uber ou eu sou a favor do Uber –, eu tenho um lado, e o meu lado sempre foi o dos trabalhadores. Se tem um Vereador que assumiu nesta Casa junto com o Prefeito e que não fez nada por cargo, este Vereador sou eu. Eu faço projetos por projetos, eu estou apoiando postos de saúde abertos até às 22h, estou apoiando a lei da regulamentação dos aplicativos ser cumprida em Porto Alegre, estou apoiando para ver, de fato, a escola de tempo integral funcionando em Porto Alegre, estou apoiando porque acredito que o povo de Porto Alegre quer mudanças, o povo de Porto Alegre quer uma cidade para todos, quer uma cidade com dignidade para viver. Eu tenho o meu lado: o meu lado é o dos trabalhadores e suas famílias, e eles exigem mudanças, e a mudança nós iremos fazer na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o PLL nº 221/16, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente Cassio Trogildo, colegas Vereadores e Vereadoras, venho aqui em nome dos nossos partidos – Partido dos Trabalhadores, PSOL e PCdoB – tratar de um tema importantíssimo para a Cidade, importantíssimo para o debate que estamos realizando neste momento sobre a Cidade e importantíssimo, Ver. Cecchim, para analisarmos a peça orçamentária que chegou hoje, aqui na Câmara – já aprovamos a LDO –, que se refere às obras da cidade de Porto Alegre e ao desempenho da gestão da cidade de Porto Alegre. Queremos dizer aqui que as nossas bancadas têm vindo, reiteradamente, a esta tribuna dizer que a cidade de Porto Alegre tem apresentado um prejuízo à cidadania pela falta de gestão pública que tem na elaboração de projetos, na aprovação de projetos e na execução de obras da cidade de Porto Alegre. É inconcebível que nós tenhamos aprovado – e as nossas bancadas de oposição votaram sempre favoravelmente à reorganização da gestão administrativa – a criação do Inovapoa, que tem a Caadhap e o Cetap, e, no organograma que nós aprovamos aqui, está dito que, em 90 dias, tem que ser aprovado um projeto na cidade de Porto Alegre. Agora, os projetos levam, em média, dois anos para serem aprovados – em média! –, mesmo depois de termos realizado aqui a aprovação dessa legislação. Se para os projetos privados acontece isso, para os projetos públicos, piorou, porque as 17 grandes obras que a Prefeitura de Porto Alegre contratou em função da Copa do Mundo – nós estamos em 2016, já faz dois anos que transcorreu a Copa do Mundo, e novamente aceitamos aqui um pedido do Prefeito Fortunati para trocar a rubrica da Copa para ir para o PAC 2 – continuam inacabadas.

Meus colegas Vereadores e Vereadoras, Alex e João, os últimos dez anos foram o período em que a Prefeitura de Porto Alegre, considerando o século passado e o século atual, mais recebeu recurso externo, fora do caixa da Prefeitura, dinheiro de fundo perdido do Governo Federal, dinheiro de financiamento dos bancos públicos do Governo Federal e dinheiro de financiamento internacional, entre outros, do Banco Interamericano e do Fonplata. Recebeu R\$ 5,2 bilhões para realizar 17 grandes obras, das quais ela conseguiu concluir, até agora, somente quatro, e a grande maioria delas está ali, num faz e quebra, num processo inacabado. Todas essas obras receberam aditivos por mais de uma vez, que ultrapassaram os orçamentos previstos inicialmente. Isso é prejuízo para a cidade de Porto Alegre. Nos jornais de hoje parece que “descobriram a pólvora”,

anunciam que essas obras estão demoradas. Faz três anos que as nossas bancadas usam permanentemente esta tribuna para dizer que a cidade de Porto Alegre está tendo prejuízo com as obras inacabadas. A cidade de Porto Alegre está tendo prejuízo com os recursos pagos a mais às obras não realizadas, assim como os serviços. Todos nós sabemos que o Prefeito Fortunati e o ex-líder, o Ver. Kevin Krieger, estão devendo sobre os desvios feitos no DEP... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...e que até agora não responderam a ninguém.

É importante que esses temas venham para esta tribuna que é o lugar onde se discute a cidade. Fazer política com a cabeça erguida é a melhor coisa que pode existir em qualquer parlamento, e neste aqui, muito mais ainda. Um grande abraço. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Ofício nº 852 do Gabinete do Sr. Prefeito, de 04 de outubro de 2016, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Executivo nº 019/14 que cria 16 cargos de provimento efetivo de médico-veterinário, e defiro o Requerimento.

(15h03min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Mario Manfro solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 11 de outubro de 2016.

Em votação o Requerimento nº 093/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação Requerimento nº 091/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 184/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 184/16. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 184/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este projeto que estamos apresentando para ser analisado aqui pelos colegas Vereadores e Vereadoras se insere dentro do tema e do debate da cidade de Porto Alegre, que se chama segurança pública municipal. Cada uma das esferas tem uma responsabilidade para enfrentar esse tema e esse debate. Quero aqui já agradecer aos colegas que aceitaram trazer o projeto que estava em vigésimo lugar para ser o primeiro a ser analisado. Já temos algumas comunidades aqui presentes, e queria dizer que esse projeto nasceu lá na CUTHAB. Qual foi o sentido do debate que nasceu na CUTHAB? Aqui está o Lopes, lá do Verdes Campos, entre outros que frequentaram, nos últimos dois anos, um longo debate aqui na Câmara Municipal e na cidade de Porto Alegre. Nós chegamos à conclusão de que aqueles loteamentos que hoje têm a contratação de um segurança, que têm alguns equipamentos de segurança que eles mesmos contrataram, como câmeras, ficam sem nenhum regramento, ficam como algo solto na cidade de Porto Alegre. Nós temos que garantir, aqui, o direito de ir e vir, e também a possibilidade de as comunidades contribuírem para o tema da segurança municipal. Num diálogo feito na própria CUTHAB, conversei com o Secretário Municipal de Segurança, o Coronel Fraga, sobre a proposta do projeto, a criação de um programa municipal de segurança das comunidades no Município de Porto Alegre. Todo regramento, todo detalhamento será feito pela Secretaria Municipal de Segurança em conjunto com a Cidade, em conjunto com os temas que a dizem respeito. O projeto foi analisado aqui anteriormente ao período eleitoral, e nós estamos hoje sugerindo que a Câmara apresente essa possibilidade ao Prefeito Municipal, da construção, em Porto Alegre, do programa municipal de segurança das comunidades. O Relator da CCJ foi o Ver. Márcio Bins Ely, que deu parecer favorável, juntamente com a aprovação, por unanimidade, da CCJ, entendendo que este é um tema que o Município pode e deve tratar. A partir daí, poderemos dar condições para que as comunidades constituam, com esse programa, uma rede de associações,

uma rede de entidades condominiais ou entidades associativas dos bairros e instituem um regramento para a Cidade. O que acontece hoje? O Ministério Público entra com uma ação contrária às comunidades, por não terem nenhum regramento; e o Ministério Público veio aqui, nos nossos debates, participou conosco, e retirou as ações que existiam contra a Prefeitura e contra as comunidades, para que encontrássemos um caminho legal em que as comunidades pudessem elaborar o seu regramento no Município de Porto Alegre. Esse programa propõe justamente isso, que as comunidades possam se auto-organizar, desde que haja um regramento do Município de Porto Alegre, através, obviamente, da Secretaria Municipal de Segurança que existe, para que ela defina: quais os equipamentos possíveis; se houver câmeras de filmagens, como essa filmagem pode ser feita; quanto tempo isso tem que ficar à disposição do Poder Público Municipal; isso estará sintonizado com a Brigada Militar, com os demais órgãos. O programa todo precisa ser desenvolvido pela Secretaria Municipal ou pelo Governo Municipal de Porto Alegre. Então, a nossa sugestão aqui, a pedido das comunidades que trabalhamos intensamente no ano passado... O Ver. Cleiton coordenou no ano retrasado esse debate, demos continuidade, como Presidente da CUTHAB, e, este ano, o Ver. Elizandro Sabino acolheu o debate, e nós produzimos este projeto de lei. Então, venho trazê-lo aos colegas Vereadores para fazermos o debate aqui, para aprovarmos este projeto que propõe a criação do programa municipal de segurança das comunidades. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 184/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Engº Comassetto, este projeto nos traz algumas dúvidas, porque um programa municipal de segurança das comunidades no Município de Porto Alegre, se nós lermos os seus artigos, eles nos remetem à cidade do Rio de Janeiro. Ele nos remete às milícias que atuam no Rio de Janeiro. Isso nos preocupa muito, porque a questão da segurança pública, conforme o art. 3º, por exemplo, visando a garantir a sua segurança, as comunidades poderão dispor de serviços de vigilância por meio de pessoal devidamente registrado, de

equipamentos eletrônicos, como câmeras ou outros recursos tecnológicos de segurança, e de elementos físicos. Então, além de câmaras dentro da comunidade, poderão ter agentes de segurança dentro da própria comunidade. Como a gente vê, hoje há um grande caos no Rio de Janeiro, que são as milícias.

Segundo a proposta, no caso de comunidades que possuam acessos exclusivos de entrada e saída, poderão ser instalados equipamentos e alocado pessoal para manter a vigilância acerca da segurança local, nos termos a serem definidos no convênio firmado, conforme o art. 2º. No art. 5º fala que as despesas com serviços de vigilância e equipamentos correrão por conta das comunidades que aderirem ao programa. Isso se vê diariamente nos jornais, em filmes até concorrendo a Oscar, que se constituiu, em algumas favelas do Rio de Janeiro, a troca do narcotráfico pela milícia, a proteção do narcotráfico pela proteção da milícia, que seria essa possibilidade de o Estado permitir que uma polícia constituída pelos cidadãos ocupasse a sua função. Isso é admitir a total falência do Estado, é nós admitirmos a total incompetência do Estado; nós, legalmente, dizermos que as milícias podem atuar através de um programa municipal de segurança das comunidades no Município de Porto Alegre de forma regular, o que se combate em outras cidades de nosso País. Isso pode permitir o tráfico em Porto Alegre e que outros Municípios, Ver. Tarciso, copiem! Então nós estaremos legalizando o que é ilegal, estaremos assinando o nosso atestado de incompetência. Nós teríamos que dar condições para a Guarda Municipal atuar na rua, condições para que essas regiões contribuíssem para o fundo municipal de segurança, criando um fundo municipal de segurança não vinculado ao Tesouro do Município. Eu acho que temos que fazer essas coisas. Aqui, nós estaremos legalizando, no Município de Porto Alegre, um exército particular. Estaríamos legalizando, em Porto Alegre, uma polícia particular. Estaríamos legalizando, em Porto Alegre, nas comunidades carentes, as milícias que tanto a gente vê nos filmes, que tanto a gente vê nas reportagens de televisão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 184/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a intenção do colega Ver. Eng^o Comassetto é, a partir de uma realidade – que infelizmente está instalada na cidade de Porto Alegre – da vizinhança, dos condomínios, das pessoas, individualmente, terem que ir buscar a sua segurança através de vigilância privada. Pondera o companheiro que hoje não tem uma regulamentação, a não ser, é óbvio, alguns elementos sobre as cabines, eventualmente, que até agora estão proibidas, que eu saiba o Ministério Público vem acionando comunidades que têm fechado ruas. Então há uma polêmica, ou seja, há uma situação desregulamentada na cidade de Porto Alegre. Eu acho que as ponderações do Ver. Cláudio Janta têm razão de ser. As minhas ponderações – nós achamos que devemos discutir melhor isso – estão no marco de que quem tem que assumir a questão da segurança é o Poder Público. Esse tema é muito delicado para ser delegado à iniciativa privada, Ver.^a Jussara Cony. Nós defendemos, já votamos nesta Casa, várias indicações, uma delas é a retomada dos territórios da paz, o caminho do empoderamento das mulheres, as mulheres da paz, do trabalho com a juventude, das alternativas de esporte, lazer, cultura, trabalho e renda com os jovens. E a presença cidadã da Brigada Militar, da Polícia Civil, a investigação eficiente, eficaz, integrada, integração de ações, todos os elementos que podem construir segurança na Cidade. Esse caminho individual é o caminho do desespero, é o caminho da ausência do Estado, é o caminho da última alternativa, de o cidadão ter que resolver com as próprias mãos. Esse tema da segurança exige, e acho que os debates eleitorais na cidade de Porto Alegre trouxeram para o centro da pauta, exigem um governo municipal preocupado com isso, preocupado, brigando com o Governo do Estado, com o Governo Federal, reservando recursos, organizando comitês regionais, dialogando com a comunidade. Porto Alegre já tem muitos conselhos comunitários de segurança, porque a população tem tomado atitudes cidadãs muito bonitas, tem se ajustado como vizinhança, tem colocado placas nas ruas, tem criado redes junto com a brigada de alerta mútuo. Com todo esse diálogo com a Brigada Militar que, para nós, é um diálogo muito produtivo, frutífero, mas ele tem um limite, se o Governo do Estado continua, de forma criminosa, sem nomear servidores, retirando horas extras, desprestigiando servidores, diminuindo sua autoestima praticando parcelamento de salário, que é o que nós estamos vivendo. Então, sem Estado que construa políticas de segurança com a sociedade não há saída. Não é saída construir ilhas – ilhas armadas, porque, se as pessoas saírem dessas ilhas,

elas serão assaltadas quando forem a um restaurante, quando forem a um banco, quando forem à praça levar os filhos para brincar. Ou quando seus filhos saírem da universidade, que foi o que aconteceu com o meu, na semana passada, saindo da UFRGS, do Campus Saúde, ele foi abordado por dois jovens armados com facas. Teve que entregar o celular – e entregou obviamente. Todos estão correndo risco de vida em todos os lugares. Então, essa alternativa não pode ser considerada como alternativa de fato à construção da paz, da segurança na Cidade. Acho que ter programa de segurança, coordenado pela Prefeitura de Porto Alegre, que lamentavelmente, nesta Cidade, conseguiu separar segurança de direitos humanos, Guarda de direitos humanos, consegue não ter orçamento, consegue não ter nomeado guardas, não tem integração entre uma ação ou outra. Bom, sim, estado público, organizando cidadãos e a integração com órgãos de segurança, nisso eu acredito. E principalmente políticas para além da política policial e de repressão, senão, não construiremos uma cidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 184/16 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sobre o Requerimento do Ver. Reginaldo Pujol, tenho a impressão de que é acordado com o autor?

O Sr. Engº Comassetto: Sim, senhor. Acordado, porque vários colegas pediram para poder contribuir com o projeto. Então, estamos dando acordo plenamente porque este é um tema da Cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em discussão o PLL nº 024/16. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 024/16, passar à votação do Requerimento nº 076/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 024/16. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 024/16.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Este projeto de lei é uma singela contribuição do nosso mandato para a criação de um grupo de trabalho não remunerado que possa ser organizado junto à Defesa Civil do nosso Município, através de um cadastramento e, depois, também um treinamento que a Prefeitura fará com esse grupo de trabalho não remunerado. Será obrigatório o uso de EPIs por parte desse grupo de trabalho, que são voluntários que farão um cadastramento e depois serão devidamente capacitados pela Prefeitura Municipal para atuarem, quando necessário, em situações de emergência que aconteçam em nossa Cidade. Nós tivemos situações recentes na cidade de Porto Alegre, como foi o caso das enchentes, onde muitas pessoas queriam contribuir, mas não havia um canal legal para que essa contribuição pudesse acontecer. Então, o nosso projeto propõe a criação desse grupo de trabalho não remunerado, que será gerenciado junto à Defesa Civil do Município, as pessoas farão esse cadastro e serão devidamente capacitadas para terem condições também de atuar. Tivemos também a situação do temporal, em que muitas pessoas queriam contribuir, mas também não tinham como se cadastrar, não tinham condições nem capacitação para atuarem. Então, isso está dentro do nosso processo do enquadramento da nossa Cidade, dentro do processo de resiliência, que é justamente a capacidade de as cidades se preparem para as adversidades, estarem preparadas, inclusive, Ver. Cláudio Janta, com a participação

voluntária de um grupo de trabalho. Acreditamos que não estamos gerando nenhuma obrigação para o Município, porque haverá um cadastro previamente administrado, Ver. Paulinho Motorista, pela Defesa Civil, e, dentro das condições e necessidades do Município, haverá a capacitação para que esses voluntários possam, então, atuar nessas situações de emergência, situações que não são corriqueiras na nossa Cidade, mas que vêm se repetindo. Tivemos, em seis meses, duas situações: a enchente e os vendavais, no início do ano. Então, gostaria que os nobres Pares pudessem, na tarde desta Sessão, aprovar este nosso projeto de lei. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 024/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, é muito interessante a preocupação do Ver. Cassio Trogildo ao levantar essa questão do grupo de trabalho, de voluntário, principalmente quando acontecem problemas que atingem a natureza, no caso das tormentas, nossas enchentes e outras questões atinentes ao dia a dia de uma municipalidade. A minha preocupação é no sentido de que, quando o Poder Público faz um convênio com uma instituição, é fácil de resolver essas questões. Ao criarmos um grupo de trabalho sem uma configuração jurídica, nós começamos a criar problemas. Imaginem se, numa atividade dessas, uma pessoa acaba se machucando, acaba vindo a óbito, como ficam essas questões. A municipalidade, não tenham dúvida, responderá sobre essa questão. Quando fazemos, Ver. Freitas, um convênio com uma instituição, associação, igreja, quem responde é a instituição, pode até a Prefeitura responder solidariamente, mas um convênio bem feito, e fiz vários quando Secretário da SMIC, fiz agora quando fui Subsecretário do Parque de Exposição da Assis Brasil... Não vamos discutir o Uber aqui, haverá um debate sobre a questão do seguro do motorista, da pessoa, o uberista e também contra terceiros. Vai ser um debate, porque as pessoas que são operadoras do direito aqui, e têm vários, o nosso novo Código Civil, de 2012, e o nosso novo Código de Processo Civil, Ver. Marcelo Sgarbossa, tem elementos que a gente tem que atentar bastante. Nós temos problemas desde essa questão de responder solidária e subsidiariamente, a um conjunto de temas; temos a questão do

dano material, a questão... (Problemas técnicos no som.) ...Eu volto a fazer esse questionamento, Ver. Cassio Trogildo, não no sentido de me opor ao projeto. Estou levantando questões bem técnicas – peço desculpas por não ter levantado isso antes, afinal de contas voltei neste ano, não participei das Comissões. Estou apenas levantando questões em que eu gostaria que tivéssemos esses cuidados para que na municipalidade nós não tivéssemos problemas criados com as melhores das intenções. Então, eu acho que o projeto tem todos esses méritos que eu acabei de colocar e que o Vereador expôs aqui. No entanto, queria falar especialmente...

O Sr. Cassio Trogildo: (V. Exa. permite um aparte? Assentimento do orador.) Ver. Adeli, eu escutei a sua manifestação, na verdade, nós não estamos propondo conveniamento com entidades. Seria um cadastramento diretamente com as pessoas que tivessem interesse, diretamente na coordenação da Defesa Civil, que faria, dependendo da necessidade, também a capacitação dessas pessoas. Só uma questão de esclarecimento.

O SR. ADELI SELL: Eu entendi perfeitamente isso, acho interessante o modelo. Mas o modelo, em não tendo uma instituição à qual as pessoas pertençam, não haverá um conveniamento, muito bem colocou o Vereador. Mas exatamente por isso, se eu olhar para a legislação em vigor no País, eu começo a me preocupar, Ver. Cecchim, por causa dessas questões que eu coloquei. Se eu vou participar de uma atividade, como foi a do dia 29 de janeiro, aqui em Porto Alegre, em que havia fios esparramados pela Cidade, com grande problema de insegurança para quem não entende de eletricidade, com perigo iminente a cada passo que se dava. Eu estou muito mais preocupado em preservar a municipalidade, o ente público Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por mais importante que seja a iniciativa. Então, são muito mais questionamentos para que a gente pudesse, quem sabe, aperfeiçoar este projeto, que tem seus grandes méritos. Eu não quero aqui parecer o Joãozinho do passo certo, nem o sujeito que sempre bate contra, até porque não é o meu perfil. Eu sempre penso em aperfeiçoar um projeto de um colega, eu sempre penso no que é melhor para a Cidade, no caso da nossa Capital, porque nós somos Vereadores da Capital. Eu acho que um projeto bem acabado aqui, ele pode se tornar uma referência nacional. Eu não vi, em outros lugares, esse tipo de iniciativa. A mesma

coisa que o projeto anterior do Ver. Engº Comassetto; com todos os seus méritos, mas já se verificou esse tipo de problemática que eu estou levantando aqui em relação a este projeto de lei. Portanto não estou me opondo, muito pelo contrário, mas eu tenho todos esses senões a serem colocados aqui, que eu acho tremendamente importante que sejam devidamente analisados. Espero que eu tenha, com isso, contribuído para o debate e não atrapalhado como, às vezes, pode parecer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o PLL nº 024/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 076/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 393/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 393/13. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 393/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a cada dia que passa os trabalhadores, as pessoas estão tendo mais dificuldades de chegar ao seu local de trabalho, de chegar às suas casas, e nós vemos coisas que vêm dificultando o nosso dia a dia, a nossa vida. Nós entramos com um projeto, nesta Casa, o

transformamos em Indicativo, a Prefeitura nos falou que assim que terminar o contrato irá refazê-lo conforme o projeto e o indicativo que apresentamos, que é referente aos contêineres de lixo – na época, a Ver.^a Sofia deu um relato sobre o que acontece na sua rua, ela tem um contêiner bem na frente, e vários outros membros desta Casa também.

Entramos com outro projeto para facilitar a vida das pessoas, sobre as autoescolas. A gente sai de casa de manhã e se depara, em várias avenidas de Porto Alegre, avenidas de grande fluxo, com os carros das autoescolas, o que é um perigo e transforma o trânsito em uma lentidão. Então nós entramos com um projeto para que, das 7h30min às 9h30min e das 17h às 20h, essas aulas não possam ser feitas nessas avenidas de grande fluxo de veículos e de pessoas, para facilitar a vida dos pedestres, usando as faixas de segurança, e para facilitar a vida das pessoas que se locomovem para os seus locais de trabalho ou para as suas residências. É um projeto singelo. Poderão usar as ruas dentro dos bairros, poderão usar em outros horários, após esse horário de expediente, para a prática de autoescola; apesar de que, hoje em dia, a maioria das autoescolas tem simuladores, tem várias técnicas. Temos o exemplo dos contêineres, que não poderão fazer a coleta nesse horário, facilitando a vida das pessoas, porque é bem o horário em que as pessoas vão para o trabalho, vão para a escola, vão fazer as suas atividades e vão retornar para as suas casas. Então nós pedimos aos Pares a aprovação desse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, a Emenda nº 01 ao PLL nº 393/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADA por 12 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o PLL nº 393/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 8 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(15h51min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, já há alguns dias gostaria de estar aqui na tribuna para conversar um pouco sobre os nossos

resultados da campanha eleitoral em que participamos. Cá estamos nós para mais quatro anos, e quero agradecer carinhosamente àquelas 5.125 pessoas que votaram no meu nome e que me fizeram retornar, continuar na Casa por mais quatro anos. Isso demonstra a confiança que tive, que tenho desses nossos porto-alegrenses, homens e mulheres. Quero cumprimentar o Ver. Paulinho Motorista, da Bancada do PSB, que conosco volta, cumprimentar o nosso Partido, a nossa composição com a Rede, cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro, que está aqui conosco, cumprimentar todos os eleitos, e, àqueles que não se reelegeram, o nosso abraço. Estou aqui, agora, para o quinto mandato, dois no primeiro momento; três consecutivos agora e lá em 1996 também não retornei. É uma passagem que temos e que, com esforço, se retorna mais adiante. Então, trazendo aqui o nosso abraço, dizendo que vamos continuar com a nossa missão, primeira, até pela especialização que tenho, da fiscalização com firmeza sobre a boa aplicação dos recursos financeiros da Prefeitura, de apresentar propostas e de trabalhar pelo bem da cidade de Porto Alegre, pelo nosso cidadão e cidadã. Quero dizer que nós compreendemos que o nosso Partido fez tudo o que esteve ao nosso alcance, que conquistamos, mais uma vez, duas cadeiras, e, senhoras e senhores, estaremos aqui trabalhando por Porto Alegre. Aqui estou desde 1989, e, como disse, saí e voltei, e vamos para mais quatro anos de trabalho sério, buscando trazer pontos positivos para a Cidade, meu caro Cassio. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a nossa intervenção em Pauta é para não interrompermos uma tradição nesta Casa, especialmente porque a Pauta, em 2ª Sessão, no dia de hoje, repete literalmente o que foi expresso em 1ª Sessão, no debate anterior, que a discussão preliminar propicia neste período regimental. Obviamente, já naquela ocasião, eu me referi aos projetos de lei de nossa autoria, que

objetivam, de um lado, conceder ao Sr. Felipe Garcia Vieira a Comanda Porto do Sol; de outro, denominar áreas públicas de Porto Alegre com os seguintes nomes: Manfred Flöricke, Lászlo Gyözo Böhm, Jorge Guilherme Bertschinger, e, evidentemente, com o nome do meu prezado amigo, ex-servidor desta Casa, onde foi, por um bom período, um dos seus supervisores, realizando um grande trabalho na área cultural e de educação na Casa, que é o saudoso Luiz Waldemar de Barcelos Dexheimer. Esses quatro projetos, aliados a outros tantos, eu, deliberadamente, pedi que tramitassem nesse período porque eu não queria confundir o meu reconhecimento, importância dessas figuras na vida de Porto Alegre, que autorizam, justificam e habilitam esse reconhecimento público... Repito, eu não queria confundir esse respeito, esse reconhecimento com a confusão que alguns pudessem, desavisadamente, ou sem maior conhecimento realizar, e quis que estivéssemos nós a pugnar por homenagens que pudessem nos favorecer durante o pleito eleitoral. Não era essa a nossa intenção, por isso solicitamos que a matéria ficasse sobrestada, e, agora, realizado o 1ª turno, cumpre essas situações preliminares, que são estabelecidas no nosso Regimento e ficarão com condições de prosseguir a tramitação e ser ele ainda, nesta legislatura, objeto da deliberação da Casa.

Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna, faço esse registro, a pauta é assim cumprida, a matéria é encaminhada pelos seus trâmites legais, e, em breve, poderemos retornar esse assunto aqui no nosso plenário. Muito obrigado pela atenção, e, muito mais, pela oportunidade da manifestação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h58min.)